

Breve histórico da indústria sergipana

Josué Modesto dos Passos Subrinho¹
Ricardo Oliveira Lacerda de Melo²

1. A Indústria e a Formação do Complexo Econômico Sergipano

O Povoamento de Sergipe inicia na última década do século XVI, mais precisamente de 1590, quando Cristóvão de Barros à frente de uma expedição militar, formada para enfrentar a resistência indígena, fundou o arraial de São Cristóvão (Passos Subrinho, 1987).

A ocupação de Sergipe servia ao propósito português de estabelecer comunicação mais segura entre Pernambuco e Bahia. Nos primeiros anos de ocupação, Sergipe se especializou no fornecimento de alimento e animal de tiro para a região canavieira da Capitania Hereditária da Bahia à qual pertencia (Araújo, 1970 e Feitosa, 2007).

A origem da indústria: a produção do açúcar

As primeiras atividades industriais em Sergipe datam do início do século XVII quando se instalam os primeiros engenhos para moagem da cana-de-açúcar que, a partir da Bahia e de Pernambuco, se estendia em direção a Sergipe. Esses primeiros engenhos eram de pequena expressão e a economia sergipana continuava, nesse período, caracterizada pela presença da pecuária e da produção de alimentos de subsistência. A historiadora Maria da Glória Almeida (1984) identificou apenas um engenho instalado em Sergipe no ano de 1612. Vinte e cinco anos depois, o número de engenho ainda se limitava a oito.

A industrialização ainda incipiente do açúcar no século XVII foi desorganizada pela luta entre portugueses e holandeses. O enfrentamento das tropas dos dois países em

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe.

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe.

direção à Bahia ocorreu no território sergipano, com efeitos devastadores sobre a economia local. (Passos Subrinho, 1987).

A produção da cana-de-açúcar firma-se definitivamente no território sergipano no final do século XVIII, ocupando as áreas litorâneas até então voltadas para a pecuária e a produção de gêneros alimentícios. Em 1724 Sergipe contava com 25 engenhos. Em 1980, já são 140 engenhos em funcionamento. Nesse momento, Sergipe converte-se em uma área de expansão da agroindústria açucareira que supera em importância econômica e social a pecuária e a produção de gêneros alimentícios. (Passos Subrinho, 2000). A economia açucareira, ainda que disseminada no território, tem com núcleo central a região do rio Cotinguiba que respondia por $\frac{3}{4}$ da produção açucareira no início do século XIX, enquanto a pecuária se deslocava em direção ao agreste e ao sertão.

A expansão da indústria do açúcar foi muito importante para que o nascimento de uma identidade sergipana. Ainda no início do século XIX, acirraram-se os conflitos entre os senhores de engenho locais e os comerciantes baianos, motivando movimentos emancipatórios que culminam com a elevação da Província de Sergipe à categoria de Capitania, em 1820, totalmente independente do governo baiano.

Ao longo do século XIX, Sergipe buscou reduzir, gradativamente, a dependência econômica da economia baiana, notadamente em relação à intermediação comercial e financeira exercida pela praça de Salvador. A transferência da capital para Aracaju, em 1855, inscreve-se nessa busca de maior independência econômica e financeira, a partir da implantação de um centro administrativo mais integrado a região canavieira do Cotinguiba. (Almeida, 1984 e Feitosa, 2007). A existência de porto natural no leito do rio Sergipe para escoamento da produção da indústria do açúcar foi decisiva para a escolha da nova capital.

Com a expansão da economia açucareira, a Província de Sergipe prospera e são instaladas praças comerciais importantes, inclusive com o estabelecimento de casas exportadoras européias em Maruim e Laranjeiras que contribuem para impulsionar as relações com os mercados internacionais. Nesse sentido, a indústria do açúcar propiciou a integração de Sergipe ao fluxo de comércio internacional e à formação de um complexo econômico local, inicialmente escravista, em seguida, capitalista. (Passos, 1987)

O desenvolvimento propriamente industrial do açúcar no Nordeste ganha expressão com a implantação dos Engenhos Centrais que viria a substituir os engenhos bangüês. Com os engenhos centrais operou-se, de modo mais efetivo, a separação da atividade agrícola da atividade industrial e deu início à produção industrial de grande escala. Os engenhos centrais tiveram seu funcionamento regulamentado em 1875 pelo governo imperial que condicionava a obtenção de vantagens financeiras e fiscais à interdição do plantio de cana diretamente por essas unidades. (IEL, 1986).

A instalação de engenhos centrais em Sergipe, no município de Riachuelo, somente viria acontecer em 1988 pela Companhia da Paraíba do Norte e Sergipe. Rapidamente este primeiro engenho central expandiu sua produção e no período 1891-1892 já respondia por 5,6% da exportação de açúcar de Sergipe.

Os projetos de instalação de engenhos centrais disseminaram-se na província, havendo registros de unidades nos municípios de São Cristóvão, Maruim, Japaratuba, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário, mas nenhum chegou a se tornar realidade (Passos Subrinho, 1987 e Feitosa, 2007).

Os engenhos centrais foram um experimento mal sucedido em toda região Nordeste e deram lugar às modernas unidades industriais representadas pelas Usinas que passavam a controlar todo o processo econômico do açúcar. As usinas vieram a se estabelecer nas antigas terras dos bangüês, capitaneados por aqueles senhores de engenho com mais disponibilidade de recursos.

Em 1910, Sergipe já possuía 62 usinas, um número expressivo frente às 134 usinas existentes em todo Nordeste. Tratava-se, todavia, de unidades de menor porte. Em 1920, Sergipe contava com 70 das 233 usinas existentes no Brasil e respondia por 4,8% da produção nacional. No Nordeste, formava com Bahia, Pernambuco e Alagoas a região central da civilização do açúcar. Ver Tabela 1.

Tabela 1
BRASIL
Número de Usinas e Valor da Produção
1920

Estados	Nº. Usinas	%	Capital investido (1\$000)	%	Valor da Produção (1\$000)	%
Maranhão	1	0,4	81.400	0,0	57.440	0,0
Piauí	1	0,4	1.200.000	0,6	153.000	0,1
Ceará	1	0,4	1.000.000	0,5	70.500	0,0
Paraíba	2	0,9	2.194.224	1,0	2.996.467	1,4
Pernambuco	54	23,2	74.096.450	34,1	81.244.839	38,4
Alagoas	15	6,4	12.063.841	5,6	13.027.455	6,2
Sergipe	70	30,0	10.832.500	5,0	10.137.617	4,8
Bahia	20	8,6	23.112.196	10,6	18.853.420	8,9
Mato Grosso	6	2,6	2.958.000	1,4	1.347.044	0,6
Minas Gerais	5	2,1	5.260.000	2,4	6.746.204	3,2
Rio de Janeiro	42	18,0	57.752.792	26,6	52.784.603	25,0
Santa Catarina	2	0,9	631.000	0,3	437.400	0,2
Espírito Santo	2	0,9	3.950.000	1,8	676.240	0,3
São Paulo	12	5,2	21.991.700	10,1	22.962.346	10,9
Total	233	100,0	217.124.103	100,0	211.494.575	100,0

Fonte: De Carli (1937), extraído de Feitosa, 2007.

O Algodão e a indústria têxtil

A cultura algodoeira nordestina, como um todo, e a sergipana, em particular, conheceu notável expansão na década de 1860, com a deflagração da Guerra Civil Americana que provocou a retirada dos EUA do mercado mundial do produto. A cultura expandiu-se rapidamente na província sergipana, estendendo sua lavoura para áreas tradicionais de criação pecuária e plantio de gêneros alimentícios.

Ainda que a expansão algodoeira tenha refluído ao final da década de 1870, com a retomada do domínio da produção americana, ela deu origem a um novo e fundamental segmento produtivo na economia local: a indústria têxtil.

O beneficiamento e a transformação industrial do algodão em Sergipe fizeram com que, gradativamente, a exportação da fibra fosse substituída pela do tecido produzido. Assim, enquanto a exportação do algodão respondia por 16% e a de tecidos por 1% das exportações sergipanas do período 1891-1895, o tecido já representava 24% e o algodão 7% das exportações sergipanas, no período 191-1915. Nos momentos anteriores à grande

depressão de 1929, os tecidos já representavam 30% das exportações sergipanas. Ver Tabela 2.

Tabela 2
SERGIPE
Participação dos Principais Produtos no Valor das Exportações (em %)
1891-1929

Anos	Açúcar	Algodão	Tecidos
1891-1895	61	16	1
1896-1900	76	12	2
1901-1905	54	34	2
1906-1910	54	28	7
1911-1915	49	7	24
1916-1920	62	4	18
1921-1925	51	7	29
1926-1929	50	5	30

Fonte: Passos Subrinho (2000, p. 202)

A primeira fábrica de tecidos de Sergipe foi fundada em 1882, na cidade de Maruim. Seu proprietário era comerciante do setor de exportação e importação. A indústria Cruz e Cia, a Fábrica Sergipe Industrial, funcionava com 60 teares e empregava 170 operários. tinha uma produção diversificada: brins, cetim, bulgariana, algodãozinho e estopa, mas seu principal mercado era a produção de sacos para a indústria do açúcar. (IEL, 1986)

Na década seguinte, a segunda fábrica têxtil se instalou em Sergipe, no município de Estância: a Santa Cruz– pertencente à firma Souza Sobrinho e Cia, com sede na Bahia e vinculada à casa comercial João Sobrinho. Especializada na produção de tecidos crus, Fábrica Santa Cruz operava com 150 teares e aproximadamente 250 operários. (IEL, 1986).

É nas primeiras décadas do século XX que a indústria têxtil se consolida como um dos mais importantes segmentos produtivos em Sergipe com a fundação de um grande número de empreendimentos na capital e em cidades do interior: Peixoto Gonçalves e Cia (1906) e a Empresa Têxtil (1906), em Neópolis; a Ribeiro Chaves e Cia (1907), em Aracaju, a Empresa Industrial de Propriá (1913); a Empresa Industrial São Cristóvão (1915), em São Cristóvão; a Sergipe Fabril (1926), em Maruim; a Fábrica Senhor do Bonfim (1914), em Estância; e a Fábrica de Tecidos Riachuelo (1926), no município de mesmo nome.

Nesse estágio inicial da industrialização têxtil, do final do século XIX até 1930, a maior parte das fábricas tinha vinculação com alguma casa comercial, indicando a origem histórica dos recursos investidos na formação do parque têxtil sergipano. A exceção relativa era a Fabrica de Tecidos Riachuelo que estava vinculada ao Engenho Central Riachuelo Passos Subrinho (2001), mas que também possuía empreendimentos comerciais.

No final do século XIX, a indústria do açúcar e a indústria têxtil constituem as principais atividades econômicas de Sergipe. Em torno dessas atividades industriais formou-se um complexo econômico, com alguma diversificação econômica e social, resultante do surgimento de atividades comerciais, financeiras e bancárias, ferrovias e estradas, bem como a fundação de centros urbanos em que emergiram estamentos médios civis e militares.

2. Industrialização e Integração do mercado nacional

No período anterior à crise de 1929, as regiões comercializavam relativamente pouco, e mantinham laços comerciais mais fortes com exterior do que com as demais regiões. Nesse período, o que se destinava às outras regiões era basicamente o excedente do comércio exterior, ou seja, aquela parte dos produtos que as regiões não colocavam no mercado internacional e nem consumiam internamente, fosse algodão, açúcar e outros bens. Brasil era composto por regiões que se assemelhavam a ‘ilhas econômicas’, mais articuladas com o exterior do que entre elas. (Ver Guimarães, 1989). Estudos históricos mostram que não era bem assim. Desde o início do século a regiões já comerciavam entre si, mas muito mais intercambiando os excedentes não colocados dentro da própria região ou no exterior. Assim, o comércio entre as regiões representava cerca de $\frac{1}{4}$ do comércio total do país e o comércio exterior os outros $\frac{3}{4}$. O mercado de cada região era relativamente cativo para os produtores internos, que mantinham certo controle sobre esses mercados.

No início do século XX teve início um processo no Brasil de articulação inter-regional, que viria constituir um mercado nacional. Esse processo foi em grande parte resultado da industrialização que teve como centro dinâmico economia do eixo Rio de

Janeiro - São Paulo, mas que contava com importantes unidades industriais nos estados do Nordeste.

O deslocamento do Centro dinâmico da economia brasileira e seus impactos sobre a economia sergipana

Com a crise mundial deflagrada em 1929, a economia brasileira fez uma importante esforço de reconversão das suas atividades para o mercado interno, diante da impossibilidade de manter o crescimento com base na exportação de café, açúcar e mais alguns produtos primários. A indústria brasileira, voltada para o mercado interno, passa a comandar o processo de crescimento econômico ampliando o mercado interno. Essa transição de um modelo econômico primário exportador para um desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno foi denominada por Furtado (1987) de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira.

Com a crise do modelo agro-exportador, Sergipe se defronta com a necessidade de buscar também uma saída para dentro, impulsionada pelo setor industrial. Na verdade, desde início do século XX, as exportações sergipanas de açúcar já eram em sua quase totalidade (96%) direcionada para o mercado interno. (Ver Nascimento, 1994).

Diante da crise do café no mercado internacional, a economia agrícola do chamado Centro-Sul expande-se em direção a produção do açúcar, com efeitos devastadores para a economia do Nordeste, como um todo, e para a de Sergipe, em particular. O declínio do preço do açúcar que se seguiu ao aumento da oferta interna vai afetar fortemente a economia sergipana e nordestina.

Para limitar a competição predatória, é criado o Instituto do Açúcar e do Alcool- IAA que estabeleceu quotas de produção para cada região do país. Na década de 40, uma mudança no sistema de quotas estabelecidas pelo IAA previa que uma região poderia ofertar a quota não preenchida pelas outras, o que vai dar início a um longo processo de deslocamento da atividade açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. (Nascimento, 1994). Com o fim do Estado Novo, em 1945, o IAA volta a tornar mais flexível o estabelecimento de quotas de açúcar, reduzindo o grau de proteção à produção

nordestina. Esse novo quadro implicou em recuo da área plantada de cana-de-açúcar e um retorno parcial à vocação pecuária, mesmo na região do Cotinguiba.

A produção das principais indústrias sergipana, a do açúcar e têxtil, teve comportamento diferenciado no período 1931-1945. A produção do açúcar em 1945 é praticamente a mesma do ano de 1931, oscilando no período em torno do patamar de 780 mil sacas de 60 kg. A produção de tecidos inicialmente foi fortemente ameaçada pela importação proveniente de outras regiões do país e do exterior. Mas, a partir de 1936, ela inicia um processo de recuperação que segue até 1943. Ver tabelas 3 e 4.

Tabela 3
SERGIPE
Produção de Açúcar e Tecidos
1931-1945

Anos	Açúcar (saco 60 kg)	Tecidos (1.000)
1931	778.350	39.665
1932	645.416	34.340
1933	362.000	28.204
1934	319.400	31.630
1935	867.600	28.350
1936	811.677	35.031
1937	607.448	38.150
1938	493.140	41.692
1939	678.277	42.730
1940	920.975	38.536
1941	945.328	40.916
1942	687.017	56.569
1943	879.943	56.354
1944	901.898	49.693
1945	784.334	46.549

Fonte: Dantas (1983)

Tabela 4.
SERGIPE
Índice de Produção Açúcar, Algodão e Aroz
1931-1945
(1931=100)

Anos	Açúcar (saco 60 kg)	Tecidos (1.000)
1931	100,0	100,0
1932	82,9	86,6
1933	46,5	71,1
1934	41,0	79,7
1935	111,5	71,5
1936	104,3	88,3
1937	78,0	96,2
1938	63,4	105,1
1939	87,1	107,7
1940	118,3	97,2
1941	121,5	103,2
1942	88,3	142,6
1943	113,1	142,1
1944	115,9	125,3
1945	100,8	117,4

Fonte: Dantas (1983)

A área plantada de açúcar se expandiu no período 1931-1945, ainda que apresentasse forte oscilação, mas a produção de algodão enfrentou uma crise profunda, com queda contínua da área plantada da qual nunca se recuperou. Nos anos 1970, com a competição da produção de estados de fora da região Nordeste e a incidência da praga do bicudo, a lavoura do algodão entrou em processo de decadência e seria praticamente extinta em Sergipe. Ver tabela. A área ocupada por essa cultura que se situava em torno de 32 mil hectares no início da década de 1930, sofre uma importante queda nas décadas de 1940 e 1950. Entre 1960 e 1975, com as políticas de incentivo da SUDENE no âmbito do Programa de Reestruturação da Indústria Têxtil do Nordeste verificou-se uma recuperação parcial da área cultivada. No final da década de 1970, todavia, ocorreu queda acentuada no plantio. Em termos de volume de produção, depois do auge do período 1930-1945. Ver Tabela 5.

Tabela 5
SERGIPE
Área e produção médias de algodão

<i>QUINQUÊNIOS</i>	<i>ÁREA</i> <i>(mil ha)</i>	<i>ALGODÃO EM CAROÇO</i> <i>(mil tonelada)</i>	<i>RENDIMENTO</i> <i>(Kg/há)</i>
1926/301	-	10,0	-
1931/35	32,2	15,6	485
1936/40	32,4	16,3	503
1941/45	20,4	10,4	510
1946/50	15,1	5,7	377
1951/55	22,0	7,2	327
1956/60	23,4	7,6	325
1961/65	26,3	8,1	308
1966/70	35,5	9,9	279
1971/75	29,2	7,5	256
1976/80	11,9	2,5	210

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil/1936 (INE).

Sinopse Estatística de Sergipe 1938 (INE)

Mercado e Comercialização do Algodão (1964)

Estado de Sergipe em 1935 (INE).

Anuários Estatísticos (IBGE).

Sergipe Atual 1952 (IBGE)

Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste(BNB)

Produção Agrícola Municipal (IBGE).

Aspectos Econômicos e Financeiros do Estado (1947).

Diagnóstico da Indústria Têxtil de Sergipe (CEAG). Extraído de Nascimento, 1994.

Na verdade, durante a segunda-guerra o setor têxtil nacional apresentou um notável impulso por conta da impossibilidade de importar tecidos dos países conflagrados. Os documentos da época revelam que as fábricas passaram a operar 03 turnos e, além de atender a demanda interna, passaram a suprir mercados localizados na América latina, Europa, África e EUA. Quando terminou o conflito, as divisas acumuladas foram utilizadas para reequipar a indústria. Com isso houve uma grande modernização e expansão da capacidade produtiva. Além disso, os mercados externos foram perdidos.

Naturalmente, houve um acirramento da competição em que os segmentos mais frágeis, sobretudo as fábricas têxteis do interior do país, inclusive de Sergipe, não conseguiram sobreviver. Na prática, o Nordeste perdeu, nos anos 50 e 60, parcela expressiva do mercado têxtil para as fábricas do sul e Sudeste. Cerca de 70% (68,7%) do

mercado nordestino têxtil e de vestuário era ocupado por produção de fora da região. Ver Melo, 1987. São anos difíceis para a indústria têxtil nordestina.

3. A SUDENE e a Nova Indústria de Sergipe

Na década de 50, a questão regional se fez presente no debate brasileiro. Frente ao desequilíbrio regional crescente decorrente do avanço da industrialização do Centro-Sul, o presidente Juscelino Kubitschek criou, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo propósito era identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los e os mecanismos mais eficazes para o seu desenvolvimento econômico e social.

O GTDN elaborou um plano de desenvolvimento econômico abrangente para o Nordeste em torno de 04 metas básicas, em uma proposta articulada:

- a) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- b) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada;
- c) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- d) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida

O plano de desenvolvimento contido no relatório do GTDN, que inspiraria a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- SUDENE em dezembro de 1959, representava um grande avanço para a época. O documento propunha a implementação de novas políticas que reformassem e reorganizassem (e não apenas

consolidassem) a velha estrutura agrária regional, promovendo um intenso desenvolvimento industrial no Nordeste (Araújo, 2000c).

Para Otávio Ianni, a experiência da Sudene significou para o Nordeste, o mesmo que a revolução de 30 para o Brasil.

“A verdade é que a SUDENE constituiu-se como uma nova estrutura de poder, superpondo-se às locais, estaduais e federais pré-existentes. Em confronto com as estruturas burocráticas (ou político-administrativas) vigentes na área, apareceu como uma estrutura estatal totalmente nova,, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação bastantes distintos daqueles que caracterizavam as pré-existentes. Também nesse caso (como já ocorrera no âmbito do estado brasileiro) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês. esse sentido é que a criação da SUDENE representa a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste. A continuidade do desenvolvimento capitalista no país e naquela região exigia a reestruturação do poder regional, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia.” (Ianni, 1984: 210-211) Apud Nilton Pedro (2001)

Uma característica desse período que se inicia na década 1960 é o intenso fluxo de capitais de empresas do Centro-Sul em direção ao Nordeste, concorrendo para uma modificação radical na estrutura produtiva, com a implantação de unidades industriais modernas, de tecnologicamente mais avançadas e em setores novos na indústria nordestina.

Para atrair capitais para a expansão industrial, foram criados mecanismos de incentivos de incentivos fiscais e financeiros que ficaram à disposição de investidores privados para aplicação no setor industrial, seja na ampliação da capacidade produtiva e na implantação de novos setores, seja na modernização das indústrias tradicionais que precisavam fazer frente ao aumento da competição inter-regional.

O impacto dessa nova política foi de grande intensidade na estrutura produtiva de Sergipe. Como na maioria dos estados nordestinos no período anterior à criação da SUDENE, Sergipe caracterizava-se ao final da década de 50, por apresentar uma estrutura produtiva pouco diversificada, com predomínio, no setor rural, da cana-de-açúcar, algodão e pecuária, complementadas pelas chamadas culturas de subsistência.

O seu setor industrial era marcado, à semelhança dos demais estados da região, por dois ou três setores de alguma expressão como a produção têxtil e de açúcar. Diferenciava-se, contudo, da maioria dos demais estados, pela riqueza do seu subsolo, o que mais adiante iria proporcionar a oportunidade de exploração de recursos minerais, inclusive de petróleo.

Essa estrutura produtiva restrita nos setores primários e secundários refletia-se em um desenvolvimento urbano acanhado e em um setor terciário pouco diversificado nas suas atividades de serviços e de comércio.

Em termos de estrutura social, a população em sua maioria residia no campo desenvolvendo atividades pouco monetizadas e auferindo níveis de remuneração extremamente reduzidos, situação esta que permanece em suas características essenciais até os dias de hoje na grande maioria das áreas rurais do Estado.

A partir dos anos 70, sobretudo da 2ª metade daquela década, ocorreu uma inflexão na trajetória do desenvolvimento econômico do Estado, vinculada a forma como Sergipe se inseriu nas transformações de vultos que estavam ocorrendo a nível nacional e regional.

Essa inserção se refere aos incentivos a investimentos industriais na Região Nordeste criados no âmbito da SUDENE e aos investimentos diretos de estatais do II Plano Nacional de Desenvolvimento -II PND (1974-78), do Governo Geisel.

Com a criação da SUDENE, em 1959, e a mudança de orientação que essa entidade sofreu a partir de 1964, os incentivos fiscais para investimentos no Nordeste passaram a funcionar como “correia transportadora” da modernização da estrutura econômica nacional em direção ao Nordeste.

Os grupos empresariais locais de maior expressão, sobretudo as empresas de porte no setor têxtil, também se utilizaram desses incentivos para atualizar os parques fabris e em alguns casos para implantar novas fábricas.

No período 1963-1988, foram aprovados na SUDENE oitenta e três projetos industriais dos quais 11 eram voltados para complementação de equipamentos, 18 para

ampliação, 43 para implantação (dos quais 30 foram implantados) e 4 de reformulação técnica e financeira. Ver Tabela 6.

Tabela 6
SERGIPE
Projetos Industriais Aprovados pela SUDENE com Recursos do Sistema 34/18-FINOR
1963-1988

Natureza do Projeto	Quantidade	Participação Relativa (%)
1. Complementação de Equipamento	11	13,3
2. Ampliação	18	21,7
3. Modernização	7	8,4
4. Implantação	43	51,8
5. Reformulação Técnica e/ou Financeira	4	4,8
Total	83	100

Fonte: Santana (1991)

Com a aprovação desses projetos, implanta-se na economia sergipana uma estrutura industrial mais diversificada, ainda que alguns setores tradicionais continuassem a manter o predomínio na indústria incentivada. A chamada indústria tradicional, de bens de consumo não duráveis, participava com 43 dos novos projetos e os setores mais novos, produtores de bens intermediários ou bens de capital, contavam com 35 projetos. Dentre as indústrias tradicionais destacaram-se o setor têxtil que aprovou 30 projetos, o de alimentos 9 projetos e o de vestuário e calçados, 5 projetos. Ver Tabela 7.

Na indústria de bens intermediários, novos segmentos começavam a se consolidar na estrutura industrial do Estado: minerais não- metálicos, 12 projetos, química 10 projetos e papel e papelão, 5 projetos.

Tabela 7
SERGIPE
Incentivos Fiscais 34/18-FINOR
Número de Projetos Aprovados, Empregos Previstos, Valor dos Recursos
1963-1988

Gênero da Indústria	Projetos Aprovados		Empregos Previstos		Recursos Aprovados	
	Quant.	%	Quant.	%	Valor (US\$ 1.000)	%
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEL	48	57,8	8.776	59,5	140.703	54,4
- Mobiliário	-	-	-	-	-	-
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	-	-	-	-	-	-
- Perfumaria/Sabão/Velas	1	1,2	50	0,3	594	0,2
- Têxtil	30	36,1	4.210	28,5	93.778	36,3
- Vestuário/Calçados/ Artefatos de Tecidos	5	6,0	2.557	17,3	10.497	4,1
- Produtos Alimentares	9	10,8	1.461	9,9	20.526	7,9
- Bebidas	1	1,2	498	3,4	15.156	5,9
- Fumo	-	-	-	-	-	-
- Editorial e Gráfica	-	-	-	-	-	-
- Diversos	2	2,4	-	-	152	0,1
BENS INTERMEDIÁRIOS	33	39,8	5.676	38,5	116.292	45,0
- Minerais Não Metálicos	12	14,5	2.628	17,8	54.855	21,2
- Extração de Minerais	-	-	-	-	-	-
- Madeira	-	-	-	-	-	-
- Papel e Papelão	5	6,0	546	3,7	11.005	4,3
- Borracha	-	-	-	-	-	-
- Couros/Peles/Similares	2	2,4	99	0,7	4.033	1,6
- Química	10	12,0	1.950	13,2	44.465	17,2
- Materiais Plásticos	1	1,2	60	0,4	299	0,1
- Metalurgia	3	3,6	393	2,7	1.635	0,6
BENS DE CONSUMO DURÁVEL/CAPITAL	2	2,4	308	2,1	1.588	0,6
- Mecânica	1	1,2	81	0,5	296	0,1
- Material Elétrico/Comunicação	-	-	-	-	-	-
- Material de Transporte	1	1,2	227	1,5	1.292	0,5
TOTAL	83	100	14.760	100	258.583	100

Fonte: Santana (1991)

Assim, Sergipe que já contava com unidade de produção da Petrobrás passou a ser extremamente beneficiado pela política econômica estabelecida no II Plano Nacional de Desenvolvimento- II PND (1974-1978), cuja característica central era de incentivar a produção interna no país de bens intermediários (insumos básicos), que até então eram fortemente importados, particularmente nas áreas de petróleo, química, petroquímica e fertilizante.

Frente aos choques do petróleo e dos desequilíbrios na balança comercial da década de 70, o II PND centrou sua preocupação em incentivar a produção interna dos itens que mais pesavam na pauta de importação brasileira.

Em Sergipe não só a prospecção do petróleo, iniciada em 1959 em Carmópolis, recebeu vultosos recursos como foram implantadas duas grandes unidades produtivas estatais, as antigas Nitrofertil e Petromisa, hoje FAFEN e Vale do Rio Doce. A importância dos investimentos dessas estatais em Sergipe passou a ser de tal ordem que uma única empresa, a Petrobrás, ainda hoje responde diretamente por cerca de 40% do produto industrial.

Na verdade, a luta pela exploração das riquezas minerais em Sergipe mobilizou as classes dirigentes locais por décadas, a partir da identificação das jazidas de barrilha no Estado. Com a implantação da Petrobrás no estado, em 1963, prospectando e gás natural na bacia sedimentar sergipana inicia-se uma nova fase da indústria sergipana.

Com o rápido crescimento da produção de petróleo, Sergipe passa ser o segundo maior estado produtor do país e assim permanece por toda a década de 1970. (Feitosa, 2007). Com a expansão da produção sergipana de petróleo, em 1970, a Petrobrás transferiu de Maceió para Aracaju a sede da RPNE- Região de Produção do Nordeste, com grande impacto sobre a economia estadual.

Outros marcos importantes dessa expansão na produção de petróleo e gás no Estado foram a exploração do campo de Guaricema, em 1978, a construção, em 1982, da Unidade de Processamento de Petróleo e Gás Natural- UPGN, no Terminal Marítimo de Carmópolis – TECARMO.

A exploração dos recursos minerais em Sergipe avançou com a criação, em 1977, da Petrobrás Mineração S/A – PETROMISA, subsidiária da PETROBRÁS, que iniciou a implantação, em 1979, da unidade de produção de cloreto de potássio, pioneira no país, o Projeto Taquari-Vassouras. Com o atraso dos investimentos, a produção comercial da unidade somente se iniciou 08 anos depois, em 1987. A Petromisa foi extinta em 1990, no âmbito do programa desestatização do Governo Collor, mas, após uma grande mobilização política, viabilizou-se sua transferência para a Companhia Vale do Rio Doce -CVRD. A unidade de produção de amônia e uréia, a Fábrica de Fertilizantes do Nordeste

Fertilizantes FAFFEN, foi instalada em 1983, envolvendo investimentos de US\$ 230 milhões.

Os investimentos realizados, seja pelo setor privado com apoio da SUDENE e, sobretudo, os estatais como parte da estratégia do II PND, deram grande impulso à industrialização de Sergipe passando o setor industrial a se constituir no carro-chefe do crescimento do Estado.

Esses investimentos se refletiram sobre a participação do setor industrial no produto interno do Estado, passando de cerca de 30% em 1970 para mais de 50% em 1983.

4. Abertura Comercial e perda de participação industrial no PIB sergipano

As economias regionais brasileiras conheceram um período de intensas transformações na virada dos anos 80 para os anos 90 que se relacionam às mudanças profundas na economia mundial e seus impactos sobre o Brasil. O início dos anos 90 foram os mais duros para a produção nacional dos últimos 15 anos, em razão da combinação perversa da acelerada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se defrontasse com intensa entrada de produtos estrangeiros em um mercado estagnado.

O agravamento da crise fiscal e financeira do estado brasileiro no final dos anos 80 e a mudança de compreensão do seu papel no desenvolvimento notadamente a partir da década de 90 foram os principais determinantes do esgotamento da desconcentração regional da atividade produtiva. Com o estancamento dos investimentos públicos e privados, cessa a implantação, ampliação ou diversificação de novos complexos produtivos que marcaram a expansão regional anterior.

A taxa de crescimento da economia sergipana que havia sido de 10,2% nos na década e 1970, desacelerou para 5,5 na década de 1980 e 3,1% na década de 1990.

A partir de meados dos anos 80 temos, então, que as atividades do setor terciário, crescentemente, passam a se tornar as de maior peso, seja em termos de geração de produto, seja em termos de criação de oportunidades de trabalho.

Nos anos 90 mudaram, o principal projeto estruturador do estado de Sergipe, o pólo cloroquímico, teve que ser repensado, pois foi projetado em um modelo de crescimento nacional em que o Estado era um dos sustentáculos da atividade econômica.

Como reflexo dessas transformações, o setor industrial que chegou a representar 68% do PIB estadual, em 1985, declinou acentuadamente a sua participação, até atingir 33%, em 1993. É importante destacar que percentual tão elevado de participação do setor industrial no PIB estadual, notadamente nos anos 80, acima das médias brasileira e nordestina, decorreu essencialmente do peso da atividade de petróleo na economia sergipana. (CEPLAN, 2005)

A queda expressiva dessa participação, também mais acentuada do que as reduções verificadas no Nordeste e no Brasil a partir de meados dos anos 80, se deveu em grande parte à evolução desfavorável do quantitativo de produção e do valor da produção do petróleo sergipano.

5. A perspectiva de retomada nos anos recentes

Nos anos mais recentes, o setor industrial voltou a aumentar sua participação no Produto Interno Bruto, indicando perspectivas novas para o segmento. Esse fato se deveu à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) que ganhou certo impulso a partir de 1996. O forte incremento de participação a partir de 2000 está associado, em menor parte, à continuidade dos investimentos com apoio do PSDI e, e em maior medida, à entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó e à recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral.

Pode-se atribuir essa evolução mais favorável nos anos recentes ao papel ativo desempenhado pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PDSI) na

atração de novas unidades fabris e, indiretamente, à recuperação da economia brasileira, depois da mudança do regime cambial em 1999. O número de estabelecimentos industriais registrados em 1996 era de 475, contra 686 em 2003, enquanto o pessoal ocupado passou de 19 mil para 27 mil, no mesmo período. Trata-se de uma expansão expressiva, com o número de unidades crescendo 44% e o do pessoal ocupado 43%, com evidentes reflexos na renda, e por sua vez, no poder de compra local. (CEPLAN, 2005).

Os gêneros de maior peso no valor da transformação industrial, nos anos recentes, têm sido a indústria de produtos alimentícios e bebidas, a indústria de minerais não metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, a têxtil, os produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a indústria mecânica (fabricação de máquinas e equipamentos). A indústria de minerais não metálicos, a química e a metalúrgica foram as indústrias que tiveram o melhor desempenho e aumentaram suas participações no VTI da indústria de transformação, nos últimos anos da década de 1990 e no início dos anos 2000. (CEPLAN, 2005).

Em termos de sua estrutura industrial, uma das principais marcas de Sergipe é a extração de riquezas minerais como o petróleo e gás natural, além de outros minérios como silvinita e carnalita. Ainda no segmento de riquezas minerais, Sergipe dispõe de extensas jazidas de calcário que fizeram com que o Estado fosse o maior exportador de cimento do Brasil, respondendo, no ano de 2005, por 47% de todas as exportações do país. Ao lado da riqueza mineral que propiciou a formação de uma importante cadeia produtiva mínero-química (com destaque para a produção de petróleo, gás e fertilizantes), Sergipe conta com um parque produtivo diversificado em que se destacam, além do complexo mínero-químico, os segmentos de Alimentos e Bebidas, Têxtil, Calçados, Confecções e Metalurgia.

O setor secundário sergipano, ainda que relativamente concentrado na Grande Aracaju, espalha-se em direção a pólos tradicionais no interior do Estado como o de Estância, Riachuelo, Boquim, Itabaiana, Itabaianinha, Tobias Barreto, Lagarto, Neópolis e Propriá. No interior, pólos industriais de médio porte apresentam vocações diferenciadas como o processamento de cítricos e de outras frutíferas, confecção,

calçados, metalurgia e fabricação de alimentos e bebidas que propiciaram a formação de aglomerações produtivas dinâmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. G. S. (1984). *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- ANDRADE, M. C. (1960). *A terra e o homem no Nordeste*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense.
- ARAÚJO, A. T. (1970). *História de Sergipe*. Aracaju: Livraria Regina.
- ARAÚJO, T. B. (1997). A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, out./dez.
- ARAÚJO, T. B. (2000). Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase.
- BNB (1997). *Diretrizes para um plano de ação do BNB: 1991/95 – setor secundário*. Fortaleza: ETENE, v. 3.
- CANO, W. (1998b). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1995*. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE (30 Anos de Economia, 2).
- CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento (2005). *Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais – 1970-2004*. Recife. (mimeo)
- DANTAS, I. J. C. (1983). *Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo: Cortez; Aracaju: UFS.
- DE CARLI, G. (1937). *O açúcar na formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool.
- FEITOSA, C. (2007) As transformações recentes da economia sergipana (1970-2004). Instituto de Economia. Unicamp.(Dissertações de Mestrado). Campinas.
- FURTADO, C. (1987). *Formação Econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Editora Nacional.

- GTDN (1997). Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. (Publicação de Documentos Técnicos e Científicos).
- GUIMARÃES NETO. (1989). *Introdução à Formação Econômica do Nordeste*. Recife: Fundaj. Editora Massangana.
- IEL – Instituto Euvaldo Lodi (1986). *Memória Histórica da Indústria Sergipana*. Universidade Federal de Sergipe. Rio de Janeiro: IEL/SENAI-DN, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação.
- IESAP – Instituto de Estudos Econômicos e Sociais Aplicados (1988). *Cenários da Economia Sergipana – 1988/1992*. Aracaju: SEPLAN/IESAP.
- MAGALHÃES, A. R. (1983). *Industrialização e Desenvolvimento Regional: a Nova Indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN.
- MATOS, E. N.; MELO, R. O. L. (2002). A estrutura do emprego industrial no Nordeste nos anos noventa. Ouro Preto/MG: *Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, 13, 4 a 8 de novembro.
- MELO, R. O. L. (2000). *Mudança de regime comercial e desenvolvimento regional no Brasil nos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP. (Tese de Doutorado). 273p.
- NASCIMENTO, A. J. (1994). *A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado) 200p.
- PASSOS SUBRINHO, J. M. (1987). *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS.
- PASSOS SUBRINHO, J. M. (2000). *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro; Sergipe 1850/1930*. Aracaju: FUNCAJU.
- SANTANA, N. (1991). *A inserção do estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste: 1963-1988*. Aracaju: UFS (Monografia de Especialização em Ciências Sociais). 93p.
- SILVA, N. P. (2001). Sergipe: Formação Econômica. In SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Orgs.) *Economia Regional & Outros Ensaios*. Aracaju: Editora UFS.
- SOUZA, A. V. (1986). *Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife: PIMES/UFPE. (Dissertação de Mestrado em Economia) 198p.